

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.201 - ES (2018/0315815-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **PLENA VEÍCULOS LTDA**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE MARIANO FERREIRA - ES000160B**
DULCELANGE AZEREDO DA SILVA E OUTRO(S) -
ES007023
BRUNA CHAFFIM MARIANO - ES017185
ELIETE CORADINI MARIANO FERREIRA - ES015737
GUSTAVO MIGUEZ COSTA - ES018997
KELLEN GIUBERTI LOPES - ES014604
CAMILA LIMA PESSOTTI - ES025231
ANA CAROLINA GONCALVES SANTOS - ES021380
CAROLINE AKEMI COUTINHO KINOSHITA OLIVEIRA -
ES015089
KAROLINE TAVARES VITALI - ES026615
AGRAVADO : **JOEL MARTINS PEREIRA**
ADVOGADOS : **FLAVIA AQUINO DOS SANTOS - ES008887**
RUBIA SILVA RANGEL E OUTRO(S) - ES019145
MARCUS VINICIUS CALIARI RODRIGUES - ES017618

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO RESCISÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. ASTREINTES. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por PLENA VEÍCULOS LTDA contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo assim ementado (e-STJ Fl. 363):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONCESSÃO DO PLEITO ANTECIPATÓRIO - MULTA COERCITIVA - LIMITAÇÃO -

Superior Tribunal de Justiça

POSSIBILIDADE APÓS O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO.

I - No caso em tela, objetiva o recorrente a reforma da decisão primeva, sustentando a impossibilidade da limitação da multa coercitiva, sob pena de esvaziar o escopo do referido instituto, que é compelir o réu a cumprir a obrigação.

II - Como cedo, a multa coercitiva é um mecanismo a disposição do magistrado com vistas ao cumprimento efetivo do comando judicial.

III - Por não possuir natureza sancionatória ou compensatória, a multa não fica vinculada à pretensão inicial, mas pode ser reduzida, caso, após ser confrontada com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, seja verificada a sua excessividade.

III - Todavia, a limitação da referida multa não deve ser feita de plano pelo Julgador, sob pena de reduzir os efeitos pretendidos pelo próprio instituto. Qualquer aferição acerca do valor da multa deve ser feita ao final, depois de cumprida a obrigação, quando será apurado o montante devido em razão da recalcitrância do devedor no cumprimento da decisão judicial.

IV - Recurso provido.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos no seguinte sentido (e-STJ Fl. 390):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO - ACOLHIMENTO PARCIAL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - DISPOSITIVO DO ACÓRDÃO OBJURGADO INALTERADO.

I. Como de curial sabença, a via dos embargos de declaração tem cabimento na existência de vícios no julgado, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC, sendo vedado o seu manejo para mero prequestionamento ou rediscussão da causa.

II. Existindo o mencionado vício, como restou verificado na hipótese quanto aos argumentos de elatocimento do prazo para cumprimento da medida e perda superveniente do interesse, faz-se mister o seu enfrentamento.

III. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Nas razões de seu recurso especial, sustenta a parte agravante a vulneração aos arts. 884 e 944 do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Alega a necessidade de limitação da multa diária imposta, sob pena de ofensa ao princípio da proporcionalidade e de enriquecimento sem causa. Aduz que a

Superior Tribunal de Justiça

limitação das *astreintes* não é capaz de desestimular o cumprimento da obrigação de fazer.

Contrarrazões à e-STJ Fls. 420/431.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal de origem, ao extirpar da sentença a possibilidade de limitação das *astreintes* impostas, assim se manifestou (e-STJ Fls. 365/366):

Como cediço, a multa coercitiva, denominação mais consentânea com os preceitos do Novo Código de Processo Civil, é um mecanismo à disposição do Julgador com vistas ao efetivo cumprimento da obrigação.

Mister registrar, que a referida multa não está limitada ao valor da obrigação, haja vista não possuir natureza sancionatória ou compensatória.

Segundo as lições do jurista de escol Daniel Amorim Assumpção Neves, "tratando-se de medida de pressão psicológica, caberá ao juiz analisar as particularidades do caso concreto para determinar um valor que seja apto a efetivamente exercer tal influência no devedor para que seja convencido de que a melhor alternativa é o cumprimento da obrigação."

Frente a essas premissas, tenho que a limitação da multa coercitiva, de plano, pelo Julgador tem o condão de reduzir a eficácia do instituto.

A meu ver, a eventual exorbitância do valor da referida multa deve ser aferida a posteriori, depois de cumprida a obrigação.

Devo registrar que não estou aqui a defender a possibilidade do recebimento de vultosos valores pela parte beneficiária da multa coercitiva, até porque se assim ocorresse, estaríamos face a um enriquecimento sem causa, mas apenas a consignar que a própria legislação processual civil vigente ao tempo da prolação da decisão recorrida, o CPC/73, já previa a possibilidade de redução do referido valor quando se apresentasse excessivo, o que, penso, só pode ser aferido após cumprida a determinação judicial.

(...)

Assim, repiso, não olvido que em determinados casos a limitação da multa coercitiva seja imperiosa, mormente face

Superior Tribunal de Justiça

aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, mas apenas consigno que tal medida deve ser adotada depois de cumprida a obrigação, quando será possível vislumbrar o montante decorrente da recalcitrância do devedor no cumprimento da decisão judicial.

Portando, restam demonstrados, como inicialmente registrei, os requisitos hábeis ao provimento do presente agravo de instrumento. (...) (g.n.)

Saliente-se, nesse passo, que a insurgência recursal não refuta todos os fundamentos acima dispostos e que embasam o acórdão, precipuamente o fato de que a redução e limitação da multa coercitiva devem se dar *a posteriori*, porquanto somente após o cumprimento da obrigação "será possível vislumbrar o montante decorrente da recalcitrância do devedor no cumprimento da decisão judicial", nos termos do excerto acima consignado. Logo, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Ademais, elidir as conclusões do aresto impugnado quanto à suposta ofensa ao princípio da proporcionalidade, mormente considerando a impossibilidade de limitação das *astreintes* sob pena de ser esvaziado o escopo do referido instituto no caso concreto, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. FNDE. SUSPENSÃO DAS VERBAS RELATIVAS AO PNAI E PNAE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 535, INCISO II, DO CPC/1973, DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGO 20 DA LEI 11.947/2009. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. PRETENSÃO DO RECORRENTE DE REVER O ENTENDIMENTO CONSIGNADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUANTO AO VALOR DAS ASTREINTES. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

- 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.*
- 2. Não há ofensa ao art. 460 do Código de Processo Civil de*

Superior Tribunal de Justiça

1973, ante o alegado julgamento ultra petita, porquanto não teria havido "qualquer pedido do autor de pagamentos em atraso" (fl. 545).

Verifica-se à fl. 7 pedido expresso nesse sentido.

3. Os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem capazes de manter o acórdão hostilizado não foram atacados pelo recorrente.

Incidência, por analogia, da Súmula 283/STF.

4. **A apreciação dos critérios previstos no art. 461 do CPC para rever a fixação das astreintes ou de seu limite exige o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.** Excepcionam-se apenas as hipóteses de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso, em que o Tribunal reduziu o valor da multa inicialmente fixado para R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento.

5. **Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.** (REsp 1543637/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 06/03/2017) - g.n.

Ato contínuo, verifico que o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea c do permissivo constitucional, ante aos mesmos óbices apontados. Ademais, o dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 (art. 1.029, § 1º, do CPC/2015), e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. No caso concreto, o recorrente aponta julgados que não guardam similitude fática com o caso dos autos. Outrossim, não se procedeu ao devido cotejo analítico.

Destarte, inviável a pretensão do recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

